

**EU QUERO MINHA**



**BIBLIOTECA**

**ORIENTAÇÕES SOBRE COMO ACESSAR RECURSOS PÚBLICOS  
PARA IMPLEMENTAR E MANTER BIBLIOTECAS**



**Lei 12.244/10:** até maio de 2020  
todas as instituições de ensino  
públicas e privadas do Brasil  
deverão possuir biblioteca.

**TER ACESSO A UMA  
BIBLIOTECA EM ESCOLA  
É DIREITO DE TODOS.**

# **MOBILIZE-SE**



## **FAÇA VALER O SEU DIREITO**

ACESSE [EUQUEROMINHABIBLIOTECA.ORG.BR](http://EUQUEROMINHABIBLIOTECA.ORG.BR) E AJA!

# BIBLIOTECA EM ESCOLA: JUNTOS

Em março de 2010, a sanção da Lei 12.244 garantiu um direito inalienável: até 2020 todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, deverão ter biblioteca. Sua efetividade, portanto, tem de ser tratada como prioridade nacional.

É preciso, mais do que tudo, um amplo trabalho de cooperação, de atuação conjunta da sociedade: juntas, pessoas e organizações não governamentais atuando direta ou indiretamente com a causa da leitura e reconhecendo a importância da cooperação e da disseminação de informações para viabilizar bibliotecas em escolas que ofereçam atendimento de excelência.

Deve-se pensar o acervo de forma a compor um estimulante conjunto inicial de livros, bem como prever sua constante renovação e atualização, para manter e atrair o interesse de seus

frequentadores. É igualmente fundamental considerar a integração da biblioteca ao projeto pedagógico da escola, desde o horário de funcionamento – incluindo o período noturno – até a realização de um planejamento ajustado à disseminação da leitura literária, que atenda e vá além da demanda curricular. E também é importante a presença de profissionais preparados – com garantias de permanente requalificação – tanto para a organização dos espaços como para assessorar o leitor iniciante em suas buscas e com dicas de leitura.

Nesta publicação, gestores públicos, candidatos aos poderes executivo e legislativo municipais e cidadãos encontram informações sobre recursos federais para implementar e assegurar a manutenção desses importantes equipamentos educacionais e culturais em todo o território nacional.

## COALIZÃO:



Sistema CFB / CRBs  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



## LEI 12.244/10

Com a Lei 12.244, aprovada em maio de 2010, ficou estabelecido que *até maio de 2020* todas as instituições de ensino públicas e privadas do Brasil deverão possuir biblioteca. Trata-se, sem dúvida, de um grande avanço, pois permitirá que crianças, jovens e adultos tenham uma ampliação de acesso ao universo da leitura. No entanto, a lei também traz um grande desafio, uma vez que não basta disponibilizar os livros ao público interessado. Para que as bibliotecas possam continuar executando seus serviços por um longo período, é necessário que sejam bem administradas. E é fundamental que contem com o apoio do setor público para isso.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

**Parágrafo único.** Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orienta-

ções de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

**Art. 3º** Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA** | Fernando Haddad | Carlos Lupi

## PORQUE TER UMA BIBLIOTECA EM ESCOLA

*"Letramento em leitura é a compreensão, o uso e a reflexão sobre textos escritos para alcançar objetivos pessoais, desenvolver o conhecimento e potencial individuais e participar plenamente da vida em sociedade."* - PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)

*Segundo a Prova ABC 2011* (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), avaliação inédita da qualidade da alfabetização das crianças que concluíram o 3º ano (2ª série), apenas 48,6% dos alunos da rede dos governos municipal e estadual alcançam os níveis de leitura esperados para o 3º ano do Ensino Fundamental. Ou seja, *mais da metade (51,4%) dos estudantes não sabe tirar o tema de um texto que lê.*

Outra pesquisa, *Retratos da Leitura do Brasil*, que tem a finalidade de estudar o comportamento leitor do brasileiro e o acesso à biblioteca no país, revelou em 2012 que, comparativamente com a pesquisa anterior, realizada em 2007, *crianças e adolescentes estão lendo menos livros* e que, entre os 5 e 17 anos, as bibliotecas escolares estão à frente de qualquer outra forma de acesso ao livro (64%), o que mostra a *relevância de haver boas bibliotecas nos colégios brasileiros.*

Resultados em Leitura do *SAEB 2003* (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) para a 4ª série (atual 5º ano) indicam proficiência de 168 pontos quando até 25% dos *alunos da escola fazem uso da biblioteca* e de 181 pontos quando mais de 75% dos alunos a utilizam regularmente. Quando a biblioteca escolar tem um responsável, a média aumenta, e, quando os professores realizam atividades dirigidas nesse ambiente, há ganhos importantes e significativos na aprendizagem (Relatório INEP, pág. 62).

Portanto, uma biblioteca escolar serve para apoiar, incrementar e fortalecer o projeto pedagógico de escolas, valorizando a literatura em seu cotidiano, visando propiciar condições para que o educador faça o uso coletivo do texto escrito, de modo que desenvolva e promova, entre seus alunos, o domínio crítico da linguagem.

- A cultura escrita se fortalece.
- As pessoas aprendem a usar os livros coletivamente.
- A comunidade é incentivada a utilizar outras bibliotecas.
- A análise crítica é incrementada.
- Garante-se a democratização ao conhecimento por meio de livros de qualidade.
- A introdução da literatura no cotidiano da escola pode fortalecer seu projeto pedagógico.

Como fonte principal de acesso à informação, a biblioteca visa fortalecer a cultura escrita, a educação para o uso coletivo dos livros, desenvolvendo a solidariedade, a tolerância e o exercício da cidadania.

É na biblioteca escolar que os alunos poderão aprender o caminho para a biblioteca pública como escola permanente, depois dos Ensinos Fundamental e Médio. A biblioteca, como instituição pública, tem a função de informar e formar, possibilitando o desenvolvimento de estudos e pesquisas.

# O QUE PRECISAMOS FAZER PARA TER UMA BIBLIOTECA NA ESCOLA?

Essa é uma pergunta bastante frequente e um pouco complexa de ser respondida, já que a realidade dos municípios brasileiros e, dentro deles, das escolas públicas é absolutamente diversa.

Alguns municípios mais ricos e bem geridos podem oferecer condições excelentes para o desenvolvimento das atividades de empréstimo

e promoção de leitura em um espaço adequado e com profissionais formados para prestar o atendimento necessário de forma qualificada. Mas mesmo aqueles que não possuem disponibilidade financeira podem buscar parcerias inovadoras e, principalmente, recursos no governo federal para implementar (ou melhorar) as bibliotecas em escolas.

## PASSO A PASSO

Aqui estão algumas informações organizadas em quatro eixos principais:

## ESPAÇO E INFRAESTRUTURA, ACERVO – COM LIVROS EM BRAILE E AUDIOLIVROS –, EQUIPE E ATENDIMENTO.

É importante avaliar a possibilidade de viabilizar que *a biblioteca na escola possa atender também a comunidade do entorno*, seja porque é fundamental envolver a família na construção da cultura de leitura de crianças e jovens, seja porque, em muitos casos Brasil adentro, a escola é o único equipamento público que pode oferecer acesso à cultura. A biblioteca escolar aberta à comunidade vizinha visa fortalecer os laços entre escola e comunidade, ampliando seu raio de atuação.

## → ESPAÇO E INFRAESTRUTURA

É comum encontrarmos um depósito de livros numa sala no fundo da escola e algumas pessoas que chamam esse espaço de biblioteca. Mas, para termos realmente uma biblioteca, é preciso bem mais. Para começar, a sala reservada para essa finalidade deve estar em ótimas condições de higiene e estrutura, sem vazamentos ou infiltrações de água que possam comprometer a conservação dos livros. Outra coisa que tem de ser observada é a iluminação da sala: é fundamental que a escola providencie luminárias capazes de oferecer aos leitores a condição adequada.

Outra dúvida frequente é sobre o tamanho da sala e o mobiliário necessário. De acordo com a publicação do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma biblioteca escolar deve possuir um espaço mínimo de 50 m<sup>2</sup>, com assentos suficientes para acomodar uma classe inteira (além de outros usuários) e um balcão de atendimento com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para utilização dos funcionários. Na pesquisa realizada pelo Instituto Ecofuturo, foi ressaltada também a necessidade de haver um banheiro para ser utilizado pelos profissionais e também pelos usuários da biblioteca.

Outra questão importante envolve a necessidade de manutenção constante das instalações e obras de ampliação. Elas podem ser realizadas com recursos oriundos do orçamento municipal, por meio de emendas de parlamentares (vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores) ou de editais específicos do governo federal.

É importante destacar que a biblioteca deve ser pensada para ser *plenamente acessível*.

Mais informações em [http://portal.mj.gov.br/corde/normas\\_abnt.asp](http://portal.mj.gov.br/corde/normas_abnt.asp).

### Recursos federais

Para bibliotecas escolares, de acordo com as regras do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)*, despesas de manutenção e desenvolvimento podem consumir, no máximo, 40% dos recursos do Fundo. Com esse percentual é possível a aquisição de materiais didáticos diversos, destinados ao uso coletivo nas escolas ou individual dos alunos (como é o caso do acervo da biblioteca escolar, composta de livros, atlas, dicionários, periódicos etc.). Também são permitidas a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, sendo alcançadas por essa definição as despesas com ampliação, construção (terreno e obra) ou conclusão de escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo do sistema de ensino. Mas o Ministério da Educação ressalta que os recursos do Fundeb não podem ser utilizados para a melhoria das bibliotecas públicas.

Outra possível fonte de recursos é o *Plano de Ações Articuladas (PAR)*, desde que o município tenha aderido ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Para receber recursos para as bibliotecas, é imprescindível que, na Dimensão 4 do PAR (Infraestrutura Física e Recursos Pedagógi-



cos), Área 1, Indicador 1, essa subação não esteja prevista como a ser executada pelo município. Caso o prefeito tenha assinado

como a ser executada pelo município, não há disponibilização de recursos financeiros pelo MEC para a implementação da subação.

No caso das bibliotecas públicas, há duas possibilidades. A primeira é o Programa Livro Aberto, criado pelo Ministério da Cultura em 2004, que visa implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuem e revitalizar as já existentes. É importante ressaltar que as novas bibliotecas não poderão ser instaladas em unidades escolares. Outra possibilidade é o edital Mais Cultura de Apoio às Bibliotecas Públicas, do MinC, cujo objetivo é a modernização dos equipamentos, a construção dos espaços em distritos, bairros periféricos ou zonas rurais e a adequação do local e acervo para atendimento de pessoa com deficiência. Nesse edital, o governo federal entra com 80% dos recursos e a prefeitura oferece contrapartida de 20% do valor total do projeto, podendo esta ser em recursos financeiros ou em bens e serviços. O valor total é de R\$ 85 mil a R\$ 115 mil, que podem ser utilizados para aquisição de acervo, capacitação de mediadores de leitura, gestão de bibliotecas, programação sociocultural, aquisição de equipamentos, mobiliário e itens de ambiência, ou ampliação e/ou reforma do espaço físico.

Mais informações em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/17/programa-livro-aberto-amplia-atuacao-no-nordeste>.

## → ACERVO

A questão do tamanho do acervo *mínimo*, conforme mencionado, foi disciplinada pela Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, no parágrafo único do artigo 2º: “Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares”.

No entanto, isso não é suficiente, uma vez que é necessário fazer a renovação do acervo. Por isso, é

muito importante que a biblioteca possua acervo atualizado, contemplando literatura diversificada, clássica e contemporânea para todas as idades, bem como que faça assinaturas de jornais e revistas, de acordo com a necessidade dos professores e do interesse da comunidade. Também é bom lembrar que esse acervo precisa estar organizado, para facilitar a busca dos interessados.

### Recursos federais:

Como citado, os recursos do Fundeb (caso de bibliotecas escolares) e do edital do Ministério da Cultura (para bibliotecas públicas) disponibilizam

recursos para compra e renovação do acervo. No entanto, há um programa específico para isso. Trata-se do *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*, do MEC. Criado em 1997, ele tem como objetivo a distribuição do acervo (disponível no Portal do MEC) para escolas, professores e alunos e é realizado de forma centralizada pelo MEC. Após o processo de compra do acervo, os livros chegam diretamente às escolas pelo Correio.

Outra opção, não diretamente vinculada às bibliotecas, é o edital do projeto Pontos de Leitura, do MinC, que visa reconhecer iniciativas e projetos de incentivo à leitura em diversos locais, como bibliotecas comunitárias, pontos de cultura, hospitais, sindicatos, presídios, associações comunitárias, entre outros. Podem participar desse edital pessoas físicas e jurídicas, que recebem prêmio de R\$ 20 mil para investir em acervos e atividades que estimulem e qualifiquem a leitura.

**Fundeb** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação): composto por recursos dos próprios estados, Distrito Federal e municípios. A título de complementação, o governo federal entra com uma parcela de recursos sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Desde 2010, os recursos federais correspondem a 10% do total do Fundo. Todos os municípios brasileiros recebem os recursos do Fundeb, de acordo com o número de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Mais informações em: <http://www.fnede.gov.br/index.php/financ-fundeb>

**PAR** (Plano de Ações Articuladas): plano de metas que os municípios fazem para melhorar a educação, cujo preenchimento permite ao MEC formular linhas específicas de apoio. Todos os municípios brasileiros preencheram o PAR em 2011. É possível modificá-lo constantemente, com base em um novo diagnóstico da realidade local. Mais informações em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>

**PNBE** (Programa Nacional Biblioteca na Escola): atende todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. A distribuição dos acervos é realizada em anos alternados. Em um ano, as escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (anos iniciais) e de Educação de Jovens e Adultos são contempladas. No ano seguinte, são atendidas as escolas de Ensino Fundamental (anos finais) e de Ensino Médio. Isso significa que todas as escolas recebem livros do MEC, pelo menos, uma vez a cada dois anos. Mais informações em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12368&Itemid=574](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574)

Como agilizar a obtenção dos itens necessários à realização do projeto, como obras de infraestrutura? Esse é um grande dilema da Administração Pública. Embora algumas pessoas considerem a Lei 8.666/93 (também conhecida como Lei de Licitações) um entrave, ela é extremamente importante para a boa gestão dos recursos públicos. Para tentar agilizar alguns processos de compra de itens, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem uma plataforma muito interessante, chama-

da “Adesão a registro de preços” (<http://www.fnde.gov.br/index.php/adesao-a-registro-de-precos>), que permite rapidez na contratação, transparência e preços bastante competitivos. Ela pode ser usada por qualquer órgão educacional público. No entanto, não é capaz (e dificilmente será, por razões óbvias) de influir na contratação de prestadores de serviços locais. Embora essa plataforma seja útil, o que mais ajuda é a disposição do poder público local em implementar realmente o projeto das bibliotecas.

## → EQUIPE

O artigo 3º da Lei 12.244/10 determina: “Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, *respeitada a profissão de Bibliotecário*”.

Seria excelente que essa fosse a realidade vivida em todo o país. No entanto, o mais comum é ver servidores em desvio de função, cuidando de bibliotecas ou fazendo parte da equipe. Assim, professores afastados da sala de aula, secretários escolares, inspetores de alunos são frequentemente encontrados nas bibliotecas.

Novamente, voltando à publicação do GEBE,

uma biblioteca de nível básico deveria ter “um bibliotecário-supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno”.

Vale destacar a importância de um profissional que empregue estratégias inovadoras e adequadas para a construção de uma cultura de leitura e comportamento leitor, atuando em parceria com os professores na elaboração do projeto pedagógico da escola.

O ideal é que haja um concurso público específico para esse cargo. Para isso, é necessário definir alguns aspectos, como:

- **nome do cargo:** Técnico em Biblioteca, Agente Promotor de Leitura, Bibliotecário;
- **formação necessária:** o recomendado seria a conclusão de um curso de Biblioteconomia. No entanto, como isso é bastante raro, sugere-se, como exigência mínima, o Ensino Superior completo;
- **salário:** o ideal é que não seja inferior a dois salários mínimos e que, em municípios de médio e grande porte, esse valor aumente consideravelmente. A carga horária é de 40 horas semanais;
- **processo de seleção:** sugere-se fortemente um concurso público específico para essa função, de forma que os aprovados nesse processo seletivo fiquem alocados nas bibliotecas. Caso isso não seja possível, há outras opções, como os processos de seleção interna, considerando os profissionais vinculados à Secretaria de Educação e/ou Cultura e levando em conta experiência e cursos de formação específicos. Em caso excepcional e por tempo determina-

do, as prefeituras poderiam criar um emprego público utilizando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A criação do Plano de Cargos e Salários ainda é um grande desafio para boa parte dos municípios brasileiros, apesar de ser muito importante para o reconhecimento dos bons profissionais, comprometidos com o serviço público. Mas há exceções. Alguns municípios criaram planos de carreira para os profissionais que estão atuando em bibliotecas. Essas carreiras podem estar dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, bem como diretamente vinculadas ao gabinete do prefeito.

## Recursos federais e municipais:

As despesas com a remuneração desse profissional devem ser oriundas das receitas municipais, mas também podem ser inseridas nos 40% referentes à “manutenção e desenvolvimento do ensino” previstos no Fundeb.

O Sistema Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselho Regional de Biblioteconomia constituiu uma parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), para a oferta do curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância, o qual será ofertado por universidades públicas – federais, estaduais ou municipais – que já possuam o curso na modalidade presencial. Mais informações em: <http://www.uab.capes.gov.br>. Possivelmente no final do ano, a Capes publicará o edital para que as universidades públicas possam concorrer para oferecer o curso, e as que serão selecionadas segundo os critérios da Capes abrirão as inscrições e a seleção, de acordo com as exigências de cada uma.

## → ATENDIMENTO

Outra coisa que sempre gera dúvida é o horário de funcionamento das bibliotecas. A maior parte delas funciona nos períodos da manhã e da tarde, com intervalo para almoço, e não abre nos fins de semana e feriados, com exceção de alguns feriados municipais ou atividades extraordinárias (como Semana da Leitura). No entanto, é importante refletirmos sobre o papel da leitura para todas as pessoas.

Ao fazermos isso, é fácil perceber que a biblioteca precisa ter um horário de atendimento bem maior. Afinal, muitas pessoas trabalham durante o dia e sempre encontrarão a biblioteca fechada. No caso das bibliotecas escolares, os estudantes adolescentes e adultos (de EJA, por exemplo) não conseguem acessar o acervo, e crianças, adolescentes e famílias não podem utilizar os serviços das bibliotecas em seus momentos de lazer, como nos fins de semana e feriados. Essa situação fica ainda mais grave quando constatamos que uma parte importante dessas bibliotecas escolares fecha durante o período das férias escolares, justamente quando o público infantojuvenil poderia usufruir do universo da leitura.

Em razão do reduzido número de profissionais encontrado na maioria das bibliotecas, é fundamental que a prefeitura tome as seguintes atitudes:

- não permitir que todos os funcionários tirem férias ao mesmo tempo;
- substituir os funcionários em férias por outros, para evitar que a biblioteca funcione em período reduzido. O substituto deveria ser alguém com capacitação para atuar na biblioteca;
- realizar as obras de manutenção das bibliotecas (normalmente ocorrem nas férias escolares) em caráter prioritário, para que elas possam retomar seu funcionamento normal o mais rápido possível

Sabemos que não são coisas muito simples de fazer, mas há bons exemplos que podem ajudar a pensar em alternativas. Dessa forma, mesmo que não seja possível funcionar todas as noites, o ideal é abrir duas vezes por semana. Outra alternativa é o funcionamento em horário estendido, de manhã à noite, com breve intervalo para almoço.

*Caminhos para que as prefeituras garantam a abertura das bibliotecas nos fins de semana e no período noturno.* Normalmente, os regimes de contratação estabelecem o número máximo de horas a serem trabalhadas por semana. Então, ao contratar um novo funcionário ou realizar um processo seletivo interno, o ideal é que a prefeitura já deixe explícito o horário de trabalho, que incluiria o período noturno e fins de semana, com os adicionais previstos na legislação trabalhista.

# SÍNTESE: RECURSOS PÚBLICOS PARA CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EXPANSÃO DAS BIBLIOTECAS

A garantia de recursos públicos necessários à manutenção das atividades e eventual expansão das bibliotecas pode ser de *três origens*.

A *primeira* é a garantia de uma dotação orçamentária. Essa dotação funciona como um crédito oriundo do orçamento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). Cabe ao Legislativo alterar e aprovar a LOA até o último dia do ano, para que o Executivo possa começar o novo ano sabendo onde e quanto pode gastar com cada área. Até o dia 31 de agosto, os gestores podem negociar com a prefeitura para garantir esses recursos para o ano seguinte. No período entre 1 de setembro e 31 de dezembro (ou até a aprovação da LOA), a negociação tem de ocorrer na Câmara de Vereadores.

A *segunda* origem são as emendas parlamentares. Os deputados e senadores têm direito às “emendas individuais”, que são recursos a serem inseridos na LOA para levar benefícios a suas comunidades de origem. Além disso, há as “emendas de bancada”, que reúnem os deputados de um mesmo estado. Ou seja, é possível garantir recursos públicos para as bibliotecas por meio de deputados da região que sejam simpáticos ao projeto.

Já a *terceira* origem são os *editais lançados pelos governos estadual e federal* nas áreas de educação e cultura e que podem contemplar as bibliotecas. Alguns dos *editais* atuais foram citados e explicados brevemente (*PAR, PNBE, Fundeb, MinC*), mas é importante estar em contato periódico com os ministérios e secretarias para verificar o lançamento de novos editais ou programas governamentais.

## Referências bibliográficas

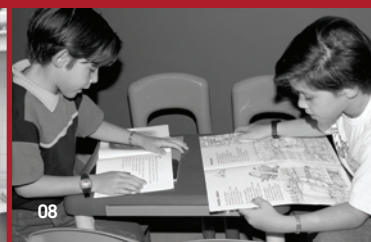
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, v. 41, 2007.
- CAMPOS, Ana Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, 24(2):30-50, fev-abr. 1990.
- DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 22ª Ed, 2009. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca & PEREIRA, Maria Isabel. *Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- FREDERICKSON, H. George. *The Spirit of Public Administration*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.
- FUKS, Mario. Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: Bib, n.49, 1ª sem. 2000, p. 79-94.
- HALL, H. Richard. *Organizações: estruturas processos e resultados*. 8ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Relatório Nacional Saeb 2003 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: 2006
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. 3ª Edição Retratos da Leitura do Brasil. São Paulo: 2012
- JANNUZZI, Paulo. Slides da Oficina Indicadores Sociais na Gestão Municipal, ministrado na Oficina Municipal em junho de 2011.
- KAYANO, Jorge e CALDAS, Eduardo de Lima. Indicadores para o diálogo. In: CACCIA-BAVA, Silvio, PAULICS, Veronika, SPINK, Peter. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo, Pólis; Programa e Gestão Pública e Cidadania, FGV-EAESP, 2002.
- KINGDON, John W. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little Brown, 1984.
- LAHERA PARADA, Eugenio. Implementación de Las Políticas y Asesoría Presidencial. In: Saravia, E. & FERRAREZI, E. *Políticas Públicas: coletânea volume 2*. Brasília, ENAP, 2006.
- LESTER, J.P. et al. Public policy implementation: evolution of the field and agenda for future research. *Policy Studies Review*, Urbana, v. 7, n. 1, p. 200-216, 1987.
- LIPSKY, Michael. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. New York: Russel Sage Foundation, 1980.
- LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: Saravia, E. & FERRAREZI, E. *Políticas Públicas: coletânea volume 1*. Brasília, ENAP, 2006.
- LOWI, Theodore J. Distribuição, regulação, redistribuição. São Paulo, s/d (original: 1966). (Consta também da coletânea de THEODOULOU e CAHN) (Disponível em versão preliminar em: *World Politics*, 1964.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. O Processo Decisório de Política. In: Saravia, E. & FERRAREZI, E. *Políticas Públicas: coletânea volume 1*. Brasília, ENAP, 2006.
- PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, Dec. 2009.
- SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: Um Enfoque na Contabilidade Municipal*. São Paulo: Atlas, 2001.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Dez 2006, no.16, p.20-45.
- SPINK, Peter. *Avaliação Democrática: Propostas e Práticas*. Coleção Abia Fundamentos de Avaliação, 2001.
- SPINK, Peter. Parcerias e Alianças com Organizações Não-estatais. In: CACCIA-BAVA, S., PAULICS, V., SPINK, P. *Novos Contornos da Gestão Local*. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002.
- VIANNA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *RAP. Revista de Administração Pública*. v.30, n.2, p.5-43, mar.abr.1996.







07



08



09

**01.** Biblioteca de Bezerros, PE. Centro de Ensino Experimental  
Escola Técnica do Agreste - Biblioteca Comunitária Irmã Eudóxia

**02.** Biblioteca de Bom Conselho, PE. Escola Estadual Coronel  
José Abílio - Biblioteca Comunitária Profª. Zélia Vieira Dias

**03.** Biblioteca de Fernando De Noronha, PE. Escola Estadual  
Arquipélago Fernando de Noronha

**04.** Biblioteca de Itaguaí, RJ. Escola Municipal Sem.  
Teotônio Vilela

**05.** Biblioteca de Manari, PE. Escola Municipal Maria Alzira  
Brandão de Oliveria Jorge

**06.** Biblioteca de Paraty, RJ. Escola Municipal José Carlos Porto

**07.** Biblioteca de Parintins, AM. Escola Municipal Otavio Guedes

**08.** Biblioteca de Rio Formoso, PE. Escola Municipal Maria  
José Monteiro - Biblioteca Comunitária Hilda Lobo

**09.** Biblioteca de Teixeira de Freitas, BA. Escola Municipal  
São Lourenço



## **REALIZAÇÃO**

### **Instituto Ecofuturo**

Presidente: Daniel Feffer

Superintendente: Sergio Arthur Ferreira Alves

Direção de Educação e Cultura: Christine Castilho Fontelles

Responsável pelo projeto Biblioteca Comunitária: Daniele Juaçaba

Assistente do projeto: Vanessa de Jesus Espindola

Estagiária: Mariana Limeira

Responsável pelo projeto Todo dia é dia de Ler: Palmira Petrocelli Nascimento

Assistente do projeto: Amanda Garcia

Coordenação de Comunicação: Alessandra Avanzo Figueroa

Analista de Comunicação: Marina Franciulli Santos

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional: Rachel Barbosa Carneiro de Sousa

Analista de Desenvolvimento Institucional: Crisangela Ayazian Martins

Assistente de Desenvolvimento Institucional: Carlos de Medeiros Delcídio

Projeto gráfico: Laika Design

Pesquisa, conteúdo e texto: Fernando Burgos

Revisão de textos: Marcia Menin

A sanção da Lei 12.244/10 garantiu um direito inalienável: **até 2020 todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, deverão ter biblioteca.** Sua efetividade deve ser tratada como prioridade nacional e contar com uma atuação conjunta da sociedade: juntas, pessoas e organizações não governamentais atuando direta ou indiretamente com a causa da leitura e reconhecendo a importância da cooperação e da disseminação de informações para viabilizar bibliotecas em escolas que ofereçam atendimento de excelência. Este é o objetivo desta coalizão, criada a partir da Iniciativa do Instituto Ecofuturo.

#### COALIZÃO



Sistema CFB / CRBs  
Conselho Federal de Biblioteconomia  
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



#### PATROCÍNIO

